

Língua portuguesa em novos públicos

Maria Helena Serra Ferreira Ançã*

Resumo: O domínio da Língua Portuguesa (LP), língua materna (LM) para a maioria da população em Portugal, mas não materna para um significativo número de residentes, constitui, sem dúvida, um factor essencial para uma cidadania consciente e participada.

Neste contexto, interrogamo-nos como sentem os novos públicos a LP, a importância que lhe atribuem no quotidiano e como inscrição no futuro, assim como as dificuldades linguísticas que dizem apresentar. Para dar rosto a esta problemática, partiremos de dados obtidos junto das comunidades cabo-verdeana, ucraniana e chinesa, que representam 'gerações migratórias' distintas¹. Embora o nosso estudo se centre em adultos e jovens adultos, as representações destes sujeitos sobre a LP, nomeadamente sobre as suas culturas de aprendizagem, poderão fornecer pistas ao professor, no que diz respeito ao ensino da língua e às novas necessidades da escola, espelho da sociedade plural.

71

Abstract: Being fluent in the Portuguese Language (PL), mother tongue of most Portuguese people, but non-mother tongue of a significant number of residents, is clearly a major contribute for a conscious and participated citizenship. Within this context, we have questioned how these people feel towards the PL, the importance they assign to their daily and future lives, as well as the linguistic difficulties they may show. So that we can understand this issue, we analyse data gathered with members of the following communities: Cape Verde, Ukraine and Chinese, that represent «distinct migrant generations». Although our study focus on adults and young adults, we consider that their representations of the PL, mainly as far as their learning experiences are concerned, may give a teacher hints about the language teaching methods and give the school hints about its needs, that reflect today's plural society.

* Universidade de Aveiro

¹ Este estudo insere-se no projecto *Aproximações à Língua Portuguesa: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal*, sob minha coordenação – projecto aprovado pela FCT e pelo POCI 2010 e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER.

1. Enquadramento

Portugal, com um longo passado de emigração, descobre a vocação de país de imigração. De facto, sem nunca ter deixado de ser um país de emigrantes, Portugal tornou-se, sobretudo nas últimas décadas, à semelhança de outros países europeus, uma rota de eleição de imigrantes. Aliás, estes dois movimentos migratórios vão tornar peculiar o caso português.

A vocação de imigração não será tão recente quanto cremos. Com efeito, e sem entrar na sua pré-história, ou nos «percursores da imigração» (designação de Rocha-Trindade, 1995), podemos traçar três gerações de não nativos em Portugal (Ançã, 2005, 2006, 2007):

72

- antes do 25 de Abril de 1974;
- depois de 1975, na sequência da descolonização;
- por volta dos anos 2000.

A 'primeira geração' inicia-se ainda no século XIX, com ingleses, espanhóis, sobretudo galegos, – representando estes, em 1960, 40% da população estrangeira, alemães, franceses, ligados à comercialização do vinho do Porto e à exploração mineira (Pereira Bastos e Pereira Bastos, 1999: 19; Rocha-Trindade, 1995: 198). Nesta geração inclui-se ainda o afluxo de refugiados vindos directamente para Portugal dos territórios ultramarinos da Ásia (Goa, Damão e Diu), após a ocupação destes pela União Indiana (um outro movimento paralelo teve como destino Moçambique).

A 'segunda geração' corresponde ao pós-25 de Abril, com a independência dos 5 países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), Portugal acolheu perto de um milhão de habitantes, de origem portuguesa e africana. A partir de 1986, com a entrada para a União Europeia (na altura CEE), consolidou-se a abertura a outros povos e a outras culturas, com contactos e trocas mais ou menos estáveis, que se foram intensificando sobretudo através do espaço Schengen e da possibilidade de fixação de residência em Portugal.

Na segunda metade da década de noventa, muito perto do ano 2000, assistimos a uma vaga proveniente da Europa de Leste e da Ásia Central. A Leste, o cenário político transformava-se desde 1989, simbolizando a queda do muro de Berlim essa transformação. Com o surgimento de novos países independentes, realçando os desagregados da ex-União Soviética, e em consequência da instabilidade económica e social daí resultantes, deslocaram-se fluxos migratórios consideráveis à procura de melhores condições. Depois de 'esgotado' o Norte da Europa, foram descendo para Sul até encontra-

rem Espanha e Portugal. Contrariamente aos outros movimentos migratórios que seguiram rotas históricas e linguísticas, esta população não tem aparentemente laços com Portugal, à excepção dos romenos e moldavos, falantes de uma língua românica. As razões apontadas para a fixação em Portugal, segundo alguns autores (Matias, 2004; Pena Pires, 2002, 2003; Sousa, 2002) prendem-se com a relativa facilidade de legalização e de obtenção de trabalho, por oposição aos obstáculos encontrados nos outros países europeus.

O novo regime legal de autorizações de permanência, em vigor desde 2001, veio, com efeito, facultar a entrada e alterar a proveniência da imigração, com um desenvolvimento crescente dos fluxos de Leste (Pena Pires, 2002:151, 156), reforçado em 2004, com o reagrupamento familiar.

Em 31 de Dezembro de 2001, a população estrangeira com mais contratos registados era a ucraniana: 50 898, num total de 141 838 no Continente (Pena Pires, 2002, 2003, Fonte: IGT/Inspecção Geral do Trabalho). Segundo dados do SEF/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, residiriam cerca de 35 000 estrangeiros em território nacional, no ano 2001². As características deste 'terceiro movimento migratório' são peculiares: por um lado, trata-se, genericamente, de um público escolarizado e qualificado, por outro, dispersa-se pelo território português, não se concentrando em determinadas zonas geográficas, como as comunidades africanas que se radicaram preferencialmente em Lisboa, margem sul do Tejo e Setúbal.

Nesta mesma faixa temporal, salienta-se também uma vaga vinda da América Latina, sobretudo de brasileiros, na altura, segunda comunidade mais numerosa em Portugal (Pena Pires, 2002, 2003) e também da Europa Comunitária. Grande parte destes últimos cidadãos europeus é de origem portuguesa e apresenta um perfil sócio-cultural e profissional menos qualificado do que a vaga de Leste. Também da Ásia, mas de menor dimensão, se registam fluxos migratórios, com algum destaque para os chineses³.

Em síntese, de 1986 e até ao virar do milénio, a comunidade cabo-verdiana foi a mais representativa (Gusmão, 2004; Machado, 1997; Pereira Bastos e Pereira Bastos, 1999). Com a chegada da vaga de Leste, esta situação inverteu-se, tendo esta comunidade sido ultrapassada desde logo pela ucraniana (Pena Pires, 2002, 2003; Pereira Bastos e Pereira Bastos, 2002). Se, em 2004, no Relatório do SEF, o número de ucranianos, entre residentes e pedidos de autorizações de permanência, era de 66 227, para 64 164

² Numa primeira leitura, os dados do IGT e do SEF parecem discrepantes. É de referir, no entanto, que o SEF se reporta a registos preliminares do contrato de trabalho para instrução de processo de concessão de autorização de permanência, e não propriamente às autorizações efectivamente concedidas (Pena Pires, 2002).

³ Para informação complementar, consultar: Baptista, 2006; Machado, 1997, 2003; Pardal, Ferreira e Afonso, 2007; Pena Pires, 2003; Rocha-Trindade, 1995, 2004.

cabo-verdianos, em 2005, o SEF volta a apresentar a comunidade cabo-verdiana em primeiro lugar, com 68065 cidadãos legalizados e com um decréscimo significativo dos ucranianos (43 698). Em 2006, no Relatório do SEF, esta tendência é ainda mais acentuada, os ucranianos sofrem um novo decréscimo (37 851). Aliás, em 2006, regista-se uma redução de residentes estrangeiros neste país⁴ (menos 8,5% de estrangeiros entre 2004 e 2006), muito provavelmente devido à crise sentida e à falta de emprego. Foram, contudo, os imigrantes entrados em Portugal e com a sua situação regularizada a partir de 2001, que vieram a abandonaram o país. Esta tendência não se manifestou nas comunidades lusófonas, quer as mais antigas, como a cabo-verdiana, a angolana ou a guineense, quer ainda a brasileira, de novo, segunda comunidade mais numerosa em Portugal, a qual beneficiou da regularização extraordinária de 2004 («Acordo Lula»). No quadro sociológico desenhado, o problema da língua de acolhimento coloca-se com toda a premência, sendo o domínio da LP uma das vias mais poderosas para a integração dos estrangeiros, tanto a nível individual (garantia da autonomia) como colectivo (harmonia social). Com efeito, não existe plena e inteira cidadania sem a posse da língua do país onde se vive: «Ne pas faciliter l'entrée dans la langue, dès lors, c'est symboliquement ne pas donner droit à l'existence de l'autre. Il n'y a pas de citoyenneté sans la langue (...)» (Candide, 2005: 45).

2. Novos contornos da LP e sua apropriação por sujeitos não nativos

Reconhecendo que a LP apresenta actualmente outros contornos e outros públicos, surgiu, na Universidade de Aveiro, o projecto *Aproximações à Língua Portuguesa: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal* (POCI/CED/56110/2004), iniciado em 2005 e a concluir em 2007. Este projecto tem como objectivo analisar o perfil (biográfico, sociolinguístico) dos novos aprendentes, traçar as aproximações à LP nos seus percursos de aprendizagem e ainda relacionar expectativas linguísticas e expectativas sociais. Como finalidade última, pretende contribuir para a consolidação da área do Português Língua Não Materna (PLNM).

Neste âmbito, as comunidades não nativas seleccionadas foram a cabo-verdiana, a ucraniana e a chinesa, falantes nativos, respectivamente de Crioulo Cabo-verdiano (CCV), Ucraniano⁵ e Chinês, comunidades com expressão em Portugal na altura da concepção do projecto (2004) e com igual relevo na actualidade. Como instrumentos de recolha

⁴ Em 2006, segundo o SEF, o número total de estrangeiros é de 409185, sendo de 447186 em 2004, segundo a mesma fonte.

⁵ Dentro desta comunidade, 19% diz ter como LM o Russo e 31% considera o Ucraniano e o Russo como suas LMs.

utilizaram-se o questionário e a entrevista, passados em Aveiro (cidade e distrito), em Lisboa (cidade e margem sul do Tejo) e Setúbal, os quais pretenderam, através das respostas dos inquiridos, fazer emergir e evidenciar as representações destes.

As representações constituem um importante instrumento de análise em estudos desta natureza. O seu recurso permite perceber «a leitura da realidade e de construção de um projecto de vida» (Pardal, Ferreira e Afonso, 2007: 63).

Definiremos, com Jodelet (1989), representações como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborado e partilhado. Salientaremos, de acordo com a mesma autora, que as representações constituem uma forma de «savoir de sens commun» ou «savoir naïf», «naturel», distinta do conhecimento científico, mas cujo estudo é amplamente justificado: «en raison de son importance dans la vie sociale, de l'éclairage qu'elle apporte sur les processus cognitifs et les interactions sociales» (1989: 53). Béacco (2001) introduz o conceito de «savoirs métalinguistiques ordinaires», que são saberes que existem a par dos saberes eruditos («savants»). Do nosso ponto de vista, esses saberes recobrem o «savoir de sens commun» ou «naïf». Tratando-se de questões de linguagem especificamente e de representações sobre um discurso, sobre produções/competências de si ou do outro, designaremos este conhecimento, não necessariamente explicitado, por representações metalinguísticas (Ançã, 2006, 2007).

2.1. O presente estudo

O questionário constitui efectivamente o grande motor do projecto, encontrando-se estruturado em três domínios: biografia linguística/perfil sociolinguístico, LP e aprendizagem, expectativas sociais e integração. Foi passado a 175 indivíduos, sendo 75 de nacionalidade cabo-verdiana, 75 de nacionalidade ucraniana e 25 chinesa⁶, num contacto muito próximo entre entrevistador/investigador e informante, em locais acordados entre ambos, tais como: Centros Sociais, Associações, Extensão de Saúde, Escolas Secundárias, Faculdade de Letras, Universidade de Aveiro, Escolas Profissionais, Centros Comerciais, cafés, casa dos próprios, porto de pesca. Por fim, as respostas foram tratadas no programa informático SPSS.

No quadro deste estudo, apenas nos basearemos nas informações e interpretações resultantes do questionário⁷.

⁶ Para os locutores chineses, dado o seu nível de proficiência linguística ser, de uma forma geral, elementar, foi elaborada uma versão bilingue (Chinês/Mandarim-Português) do questionário e solicitavam-se respostas em Português ou Inglês.

⁷ Em Oliveira, Faneca e Ferreira, 2007, encontramos o cruzamento dos resultados do questionário e da entrevista.

2.1.1. Caracterização dos sujeitos

Começamos, então, por caracterizar os sujeitos, partindo da premissa que norteou o projecto: um público adulto e jovem adulto, i.e., com, pelo menos, 17 anos.

Na generalidade, temos em presença sujeitos entre os 17 anos (5,3% cabo-verdianos, 1,3% ucranianos e 4% chineses) e os 51 (2,7% ucranianos, 4% chineses).

O grupo cabo-verdiano caracteriza-se por ser um grupo maioritariamente jovem: 40% dos inquiridos pertence à faixa etária dos 18-24 anos, e 22,7% à faixa etária seguinte, dos 25-30 anos, perfazendo 62,7% do total. Relativamente ao nível de escolaridade (Anexo 1) e profissão exercida em Portugal (Anexo 2), 55% apresenta o ensino superior incompleto, ou seja, frequenta o ensino superior ou não o concluiu, sendo, neste país, estudantes (61,3%) e estudantes-trabalhadores (5,3%). De registar igualmente alguns operários e trabalhadores nos serviços/desportos (10,7% em ambos os sectores). O tempo de residência em Portugal, em 69,3% dos casos, não ultrapassa os 6 anos; no entanto, vivendo entre 15-20 anos há uma pequena franja (5,3%) e uma ainda menor (2,7%), há mais de 20 anos. Por se tratar de um público essencialmente estudante e jovem, a grande maioria, como veremos mais adiante, diz tencionar regressar ao país de origem para contribuir para o seu desenvolvimento, o que nos leva a concluir que a sua permanência se deve sobretudo à obtenção de habilitações⁸. Recorde-se que o Ensino Universitário em Cabo Verde acabou de ser implementado, embora existisse, há já uma década, o Ensino Superior, com a oferta de alguns cursos.

Os informantes ucranianos residem em Portugal de 1 ano (um sujeito, i.e., 1,3%) a 7 anos (1,3%), concentrando-se a maioria numa permanência de 4-5 anos (42,7%), o que traduz, por conseguinte, o carácter recente da chamada 'imigração de Leste'. É um público adulto, incidindo nas faixas dos 31-37 anos (37%), 25-30 anos (21%) e 38-44 (20%), com um nível académico superior (52%) e superior incompleto (8%) (ver Anexos 1 e 2). A actividade profissional destes sujeitos dispersa-se por vários sectores, destacando-se operários (28%) e serviços/desportos (24%). De notar que este público, no país de origem, exercia essencialmente uma profissão liberal/artística/técnica (46%). O perfil dos 75 ucranianos corresponde *grossa modo* àquele já traçado por outros autores (Sousa, 2002, com 81 sujeitos oriundos do Leste Europeu, na maioria ucranianos, em Aveiro; Matias, 2004, com 19 ucranianos, na Grande Lisboa e margem sul): um nível de escolarização acima da média das outras comunidades imigrantes e da média nacional, e uma formação profissional não coincidente com a actividade exercida em Portugal.

⁸ Por razões históricas, a procura de Portugal para obtenção de um grau remonta ao tempo colonial. É bem conhecido o papel desempenhado pela Casa dos Estudantes do Império a nível cultural e político.

Relativamente aos chineses, a faixa etária mais representada é a dos 18-24 anos (36%), registando-se também algum peso na faixa dos 31-37 anos (24%). O nível de escolaridade deste público incide preferencialmente no Ensino Secundário Incompleto (40%) e no Ensino Pós-Graduado Incompleto (36%), correspondendo respectivamente a comerciantes/vendedores e técnicos, por um lado, por outro, a estudantes (ver Anexos 1 e 2). Só 12% deste grupo vive em Portugal até 10 anos, registando-se mais evidenciada a faixa de 1-3 anos (40%). É, como já referido, também uma comunidade recente neste país.

Acrescentando ainda a variável género, e considerando agora os três grupos, podemos constatar que a distribuição total recobre 56% de homens e 44% de mulheres. Na especificidade, só a comunidade chinesa seleccionada apresenta um valor superior no sexo feminino (60%) em relação ao masculino (40%). O grupo cabo-verdiano é representado predominantemente por homens (62,7%), seguido na mesma linha pelo ucraniano (54,7%).

77

2.1.2. A integração

No que respeita à integração, analisaremos dois aspectos que podem indiciar o grau de integração na sociedade portuguesa: a fixação definitiva de residência em Portugal como objectivo, a importância da LP face a um conjunto de indicadores.

Sobre a vontade de fixar residência em Portugal, as respostas apontam 17,3% de cabo-verdianos, 57,3% de ucranianos e 8% de chineses, havendo, porém, uma larga margem de inquiridos que, por prudência, opta pela resposta «depende»: 34% de ucranianos, 32% de chineses, 24% de cabo-verdianos. Este segundo tipo de resposta pode ser categorizado com uma frase (escrita) de um dos nossos inquiridos: «Depende das condições que Portugal oferecer». O desejo dos cabo-verdianos de regressar ao país natal já foi anteriormente explicitado, trata-se de um grupo jovem que veio para Portugal fazer o seu curso universitário e que diz querer contribuir para o progresso de Cabo Verde. Quanto aos chineses, o sub-grupo não-estudante apostará certamente em Portugal se as condições económicas forem aliciantes. Os ucranianos apresentam efectivamente uma expectativa real, como já foi demonstrado por mais de metade dos inquiridos que ambiciona fixar residência em Portugal.

No que toca à segunda questão, a importância da LP face a vários indicadores (à fixação de residência, ao exercício da actividade profissional, à integração na sociedade portuguesa, à amizade com os portugueses).

Os ucranianos posicionam-se em primeiro lugar nos quatro indicadores, considerando «muito importante», respectivamente com 72,3%, 82,7%, 82,7% e 66,7%, seguidos dos cabo-verdianos nos 2º e 3º indicadores, assinalados como «muito importante», respectivamente 74,7%, 62,7%, sendo ainda «muito importante» para estes o último indicador ('importância da LP para fazer amizade com os portugueses'), com apenas 41,3%. Para o grupo de chineses as percentagens não são muito elevadas nos três últimos indicadores (40%, 36%, 44%), pelo contrário, na fixação de residência, 60% destes entende que a LP desempenha um papel muito importante. Quanto aos cabo-verdianos, (apenas) 48% considera o item 'a importância da LP para efeitos de fixação de residência' muito importante (provavelmente por já possuírem um domínio fluente do Português, não sentirão necessidade em investir mais na língua).

Na sequência destes dados, podemos afirmar que é, com efeito, a comunidade ucraniana aquela que manifesta maior disponibilidade para a integração e para organizar a vida em Portugal. Relativamente à comunidade cabo-verdiana, esta considera a LP imprescindível para efeitos de actividade profissional e até de integração na sociedade, objectivos que podem ser cumpridos quer em Portugal quer em Cabo Verde, país que, como sabemos, adoptou a LP como oficial. No entanto, não parece haver grande empenho na manutenção de amizade com os portugueses (confronte-se o valor do 4º indicador, mais baixo do que o da comunidade chinesa). Em relação aos locutores chineses, cuja permanência é ainda muito recente e pouco explorada em termos investigativos, a nossa convicção é de que, exceptuando os universitários/estudantes de pós-graduação, se encontram numa fase de prospecção do terreno e de adaptação.

2.1.3. Representações metalinguísticas e cultura de aprendizagem

Nesta secção, tentaremos caracterizar a cultura de aprendizagem de cada uma das comunidades relativamente à LP, tendo como eixo estruturador as representações metalinguísticas. Assim, analisaremos os seguintes itens: a) as dificuldades linguísticas que os sujeitos dizem sentir; b) algumas estratégias cognitivas que dizem utilizar⁹, assim como os exercícios/actividades que consideram mais eficazes; c) a utilização que dizem fazer de obras de referência em Português (dicionários, gramáticas, enciclopédias).

Vejamos, então, os resultados obtidos:

⁹ Para mais detalhes sobre as estratégias de apropriação da LP nestas três comunidades, consultar Oliveira, Faneca e Ferreira, 2007.

Para testar as dificuldades linguísticas sentidas, foi solicitado aos sujeitos que assinassem três, de acordo com uma grelha dada previamente.

As dificuldades mais frequentes são comuns aos três grupos, embora com alguma oscilação de percentagem e de lugar (Quadro 1). Assim, o tópico gramatical mais assinalado é a concordância das formas verbais (17,3% nos chineses, 16,9% nos ucranianos, 14,2% nos cabo-verdianos). Em segundo lugar, temos a utilização da preposição para os cabo-verdianos e chineses (estes últimos também destacam com a mesma percentagem a formação dos tempos), sendo a segunda dificuldade, para os ucranianos, a estrutura da frase. Esta aparece em terceiro lugar no grupo dos chineses, tendo sido considerada terceira dificuldade para os cabo-verdianos a pronúncia.

Quadro 1: Dificuldades linguísticas

Dificuldades \ Comunidade	Ucraniana		Chinesa		Cabo-verdiana		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Concordância das Formas Verbais	38	16.9	13	17.3	32	14.2	83	15.8
Utilização da Preposição	25	11.1	10	13.3	30	13.3	65	12.4
Estrutura da Frase	37	16.4	9	12	17	7.6	63	12
Pronúncia	27	12	7	9.3	26	11.6	60	11.4
Formação dos Tempos	28	12.4	10	13.3	21	9.3	59	11.2
Vocabulário	20	8.9	8	10.7	24	10.7	52	9.9
Ortografia	13	5.8	3	4	17	7.6	33	6.3
Concordância dos Nomes em Género	11	4.9	7	9.3	7	3.1	25	4.8
Formas de Tratamento	6	2.7	1	1.3	8	3.6	15	2.9
Concordância dos Nomes em Número	7	3.1	0	0	6	2.7	13	2.5
Fórmulas de Delicadeza	4	1.8	0	0	9	4	13	2.5
Alfabeto	3	1.3	0	0	2	0.9	5	1
Outra	0	0	0	0	1	0.4	1	0.2
Não respondeu	6	2.7	7	9.3	25	11.1	38	7.2
Total	225	100	75	100	225	100	525	100

79

A interpretação, que pode ser feita sobre as principais dificuldades citadas, encontra consistência quer em causas intralinguísticas (especificidades da língua alvo¹⁰), quer em causas interlinguísticas (diferenças no sistema alvo e no sistema de partida).

Os maiores problemas dizem respeito, com efeito, à morfossintaxe (concordância das formas verbais e formação dos tempos) e à sintaxe (utilização da preposição e estrutura da frase).

¹⁰ No presente caso, a LP.

Começando pelas dificuldades morfossintáticas: o primeiro obstáculo tem a ver com o facto de a LP ser uma língua flexional, contrariamente ao Chinês e ao CCV, onde as flexões são inexistentes ou reduzidas. Em seguida, se tivermos em consideração os verbos irregulares em LP, esta questão ainda se torna mais conflituosa. Para um ucraniano, por exemplo, a LP é interpretada como tendo um sistema temporal complexo porque apresenta mais tempos morfológicos do que nas línguas eslavas orientais.

Quanto às questões sintáticas, estas apontam, como seria de esperar, para a utilização da preposição. Este aspecto é problemático para qualquer aprendente, tanto falante nativo como não nativo, independentemente do tipo de LM (Ançã, 2006). Neste caso, cada uma das línguas de partida tem particularidades muito próprias. Se no Ucraniano e no Russo existem declinações e as relações sintáticas são marcadas por casos (cf. Pliássova, 2007), é natural que a preposição em LP não seja tão facilmente assimilada por este tipo de aprendentes. Mesmo para um falante de CCV, cuja língua é geneticamente próxima do Português (trata-se de um crioulo de base portuguesa), as dificuldades são várias (só para dar dois breves exemplos, a preposição 'a' portuguesa não existe em CCV, e as preposições 'por' e 'para', com os seus valores semânticos, fundem-se numa única preposição crioula, 'pa'). Por outro lado, a contracção das preposições com o artigo, nos casos em que na LM não existe artigo (Ucraniano), ou existe apenas o artigo indefinido (CCV¹¹), ou existem formas de determinação e não propriamente artigo (Chinês), vai tornar ainda mais complexa a sua realização.

Quanto à estrutura da frase, o que foi dito para a preposição aplica-se também a este aspecto. No Ucraniano, a existência de casos e também o facto de a ordem das palavras não ser tão rígida como na LP produz alguma dificuldade. O Chinês, língua isolante, por um lado, por outro, possuindo uma sintaxe que se baseia essencialmente na ordem de palavras, traz também implicações na estrutura e organização da frase (Grosso, 2006). A pronúncia considerada como dificuldade, terceira para os cabo-verdianos e quarta para os ucranianos, deve ser lida de forma diferenciada. Enquanto os falantes de língua crioula se reportam sobretudo à 'pronúncia-padrão', que reconhecem não possuir, os ucranianos encontram sérias dificuldades ao pronunciar certos sons vocálicos e nasais, inexistentes em Ucraniano.

b) No item seguinte, analisaremos a reacção deste público a certas estratégias. A primeira tem a ver com o uso que os sujeitos fazem ou não das semelhanças/diferenças entre a LM e a LP para compreender a LP. A segunda reporta-se à percepção sobre a utilização de certos aspectos (sons, vocabulário, estrutura sintáctica) da LM

¹¹ No CCV a função do artigo definido/determinante pode ser realizada pelo demonstrativo (Ex: Kel mininu/o menino).

ou de outras línguas ser ou não facilitadora do processo de aprendizagem da LP. A última identifica exercícios/actividades considerados mais eficazes pelos inquiridos. Em relação à mobilização da LM na apropriação¹² da (nova) língua, os três grupos manifestam-se do mesmo modo, i.e., não rentabilizam essas diferenças/semelhanças com frequência. Assim, só 34,7% de cabo-verdianos e ucranianos dizem recorrer à sua LM para 20% de chineses.

No segundo aspecto, porém, o panorama é um pouco diferente, já que os três grupos encaram o recurso a certos aspectos da LM e de outras línguas como uma estratégia facilitadora da aprendizagem (cabo-verdianos, 62,7%, ucranianos e chineses, 56%).

Quanto aos exercícios ou actividades mais eficazes, os três grupos tiveram alguma dificuldade em responder, confundindo *skills* (expressão escrita, expressão oral) com exercícios (tradução) e incluindo no mesmo nível factores atitudinais (pré-disposição, estudo), para além das inúmeras não respostas. No entanto, podemos afirmar que os falantes de língua materna chinesa dizem apostar em actividades de comunicação/oralidade (48%), dando algum peso também à gramática, aspecto quase irrelevante nas outras duas comunidades. Os ucranianos atribuem igual importância à oralidade, leitura/escrita. Quanto aos cabo-verdianos, as respostas são bastante dispersas, a oralidade e a leitura/escrita aparecem ligeiramente destacadas, mas é de registar sobretudo a percentagem de não respostas (47).

- c) Este terceiro ponto diz respeito à consulta de certas obras em Português, nomeadamente dicionários, gramáticas e enciclopédias.

Em relação à consulta deste material técnico-didáctico, os inquiridos deveriam escolher uma das seguintes respostas: muito, pouco, nada.

Os dados vão apontar para os dicionários como muito utilizados pelos chineses (68%) e um pouco menos nos dois outros grupos (muito: ucranianos, 53,3%, cabo-verdianos, 40%). Quanto à gramática, a consulta parece não ter muito peso, já que todos indicam uma fraca utilização («pouca»): 42,7% de ucranianos, 45,3% de cabo-verdianos e, por último, 48,0% de chineses.

Por fim, as enciclopédias não são quase nada utilizadas («nada») por 52% de chineses, 50,7% de ucranianos, talvez pelo domínio da LP ainda não estar suficientemente consolidado. Quanto aos cabo-verdianos, a resposta mais frequente assinala o «pouco» (40%).

¹² Por apropriação de uma língua entendemos o processo de aquisição em contexto não formal e de aprendizagem em contexto formal. No caso deste público de públicos vivendo em imersão linguística, é, por vezes, difícil distinguir o que advém da aquisição e o que advém da aprendizagem.

Recapitulemos os vários traços de que nos servimos para caracterizar a cultura de aprendizagem de cada comunidade (visualizar Quadro 2): dificuldades linguísticas, recurso à LM, rentabilização de aspectos da LM ou de outras línguas, exercícios/atividades, obras de referência (dicionários, gramáticas, enciclopédias).

Assim, as dificuldades linguísticas remetem-nos para aspectos interlinguísticos e, de igual modo, intralinguísticos (flexão verbal, preposições, estrutura da frase). Nenhum dos três grupos mobiliza com sistematicidade a sua LM, ou outras línguas, para a aprendizagem da LP, provavelmente porque o ensino no país de origem não enfatizou esse tipo de abordagem. No entanto, pelas respostas dos cabo-verdianos, com uma abertura manifestada (relembremos que 62,7% é de opinião favorável a esta estratégia), deduzimos poder ser facilmente aplicável esta abordagem. Pela dispersão de exercícios/atividades mencionados pelos cabo-verdianos, acreditamos que todos podem apresentar potencialidades. Quanto à utilização de obras de referência, é o grupo que menos consulta o dicionário, mas, porque se trata de um grande número de estudantes, utiliza enciclopédias. Os ucranianos são mais convictos em relação aos exercícios e actividades e apostam na leitura, escrita e na oralidade, não utilizando sobremaneira a gramática, mas bastante o dicionário. São, no entanto, os chineses quem mais recorre ao dicionário. Recordemos que o nível de língua destes indivíduos era elementar, numa forma geral, e que a versão do questionário para este público tinha sido redigida em LP e em Chinês. Não fazem uso da enciclopédia, pelas mesmas razões, e nem tão pouco da gramática, porque, na realidade, não desejam melhorar o desempenho linguístico.¹³

Quadro 2: Culturas de aprendizagem e apropriação da LP

Aprendentes	Cabo-verdianos	Ucranianos	Chineses
Dificuldades linguísticas	Formas verbais, preposição, pronúncia	Formas verbais, estrutura da frase, formação dos tempos	Formas verbais, preposição, formação tempos, estrutura da frase
Recurso à LM	Pouco	Pouco	Muito pouco
Rentabilização de aspectos da LM ou de outras línguas	Muito facilitador	Bastante facilitador	Bastante facilitador
Exercícios/atividades eficazes	Oralidade, escrita, leitura (dispersão de respostas)	Oralidade, escrita, leitura	Oralidade, gramática
Uso de obras de referência	Dicionários: pouco Gramáticas: pouco Enciclopédias: pouco	Dicionários: bastante Gramáticas: pouco Enciclopédias: quase nada	Dicionários: muito Gramáticas: pouco Enciclopédias: quase nada

¹³ Conforme informação destes aquando da passagem do questionário, não pretendem investir muito na LP, a não ser os mais jovens. Os estudantes universitários sobretudo não têm grandes necessidades linguísticas, dado que o Inglês lhes serve para comunicar.

Antes de finalizar esta secção, devemos referir que a cultura de aprendizagem não se esgotará certamente nestes itens. Seria interessante acrescentar alguns traços inerentes às produções linguísticas de cada grupo para obter um quadro mais alargado, dado que, no contexto apresentado, nos movemos unicamente nas representações metalinguísticas.

2.2. Conclusão

Com estes dados e esta leitura não pretendemos, de forma alguma, generalizar, apenas nos circunscrever à amostra em causa. No entanto, algumas linhas de força foram esboçadas, quer a nível dos novos públicos, quer das dificuldades em LP, quer da importância que esta língua ocupa no quotidiano e como projecto futuro. De certa forma, as mesmas tendências (em termos sociológicos, linguísticos, sociolinguísticos) estarão presentes nos públicos mais jovens que frequentam as nossas escolas básicas. Na escola, espelho da sociedade plural, a questão põe-se com toda a acuidade. O domínio da língua oficial é fundamental para o sucesso escolar e coesão social. O Ministério da Educação, aliás, nestes últimos anos, tem tomado algumas medidas nesse sentido. Vejam-se, principalmente, o Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro e o Despacho Normativo, nº 7, de 6 de Fevereiro de 2006. O primeiro, no seu Artigo 8º, reconhece legalmente o PLNM e o papel das escolas no desenvolvimento de actividades curriculares específicas, a nível do ensino básico. O segundo estabelece princípios de actuação e normas orientadoras para pôr em prática e avaliar as actividades curriculares e extracurriculares a desenvolver pelas escolas básicas com alunos PLNM. É evidente que o resto, ou seja, quase tudo, fica para solucionar nas mãos dos professores, sobretudo os de LP, que nem sempre terão tido na sua formação académica uma componente interlinguística e intercultural que lhes permita lidar com a diversidade.

83

3. Comentário final

Esta investigação vem questionar uma ideia de monoculturalismo e de monolingüismo¹⁴, cujos contornos se tornaram mais esbatidos nas últimas décadas. De uma língua (?) do território, passamos a várias línguas no território. No entanto, nesta

¹⁴ Não será um mito a língua única? Há 500 anos que a comunidade cigana chegou à Península Ibérica e só recentemente em Portugal adveio o interesse pela sua língua, o Romani-Caló. Por outro lado, só em 1999, foi reconhecido o Mirandês como língua oficial regional. Factos que desmentem, com efeito, a homogeneidade linguística.

constelação de línguas, culturas, etnias e interações entre elas, é a LP que destacamos, e que entendemos de acolhimento, no seu sentido literal (refúgio, casa, forte). Ela constitui, sem equívocos, o direito à existência (retomando a expressão de Candide, 2005) e é a ponte e o acesso a espaços sociais e laborais. Como escreve Étienne (2005: 27), referindo-se a adultos imigrantes, é imperioso o «Direito à língua do país de acolhimento, para que a língua deixe de ser um instrumento de discriminação», problema que se coloca indubitavelmente à sociedade de conhecimento.

Referências Bibliográficas

- Ançã, M. H. (2005). À volta da língua de acolhimento. *Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística*, 27-28 Setembro 2004, Setúbal: ESE/Instituto Politécnico de Setúbal (CD-ROM).
- Ançã, M.H. (2006). Entre língua de acolhimento e língua de afastamento. *XIII ENDIPE*, 23-26 Abril 2006. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (CD-ROM).
- Ançã, M.H. (2007). Apropriação da Língua Portuguesa: o exemplo de um público ucraniano adulto e jovem adulto. In R. M. Meyer e P. Osório (Orgs), *Ensino do Português para Estrangeiros: Da teoria à prática*. Covilhã: Universidade da Beira Interior Editores (no prelo).
- Baptista, J. A. (2006). Os chineses. *Percursos migratórios e estratégias de implementação*. S/L: Autonomia 27.
- Béacco, J.-C. (2001). Les savoirs linguistiques ordinaires en didactique des langues: les idiotismes. *Langue Française*, 131, pp. 89-105.
- Candide, Ch. (2005). Apprentissage de la langue: vers l'émergence d'un droit. In V. Conti et J-F de Pietro (textes réunis), *L'intégration des migrants en terre francophone. Aspects linguistiques et sociaux* (pp. 41-46). Le Mont-sur-Lausanne: Editions LSP.
- Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro.
- Despacho Normativo, nº7/2006, de 6 de Fevereiro.
- Étienne, S. et Fédération AEFTEI (2005). Une autre idée de l'enseignement du français aux adultes. *Le Français dans le monde*, 339, pp. 26-29.
- Grosso, M. J. (2006). O desenvolvimento de competências em Língua Portuguesa por falantes de língua materna chinesa. *Actas do Encontro Internacional de Linguística Aplicada*. Aveiro: Universidade de Aveiro (CD-ROM).
- Gusmão, N.M. (2004). *Os filhos de África em Portugal. Antropologia, multiculturalidade e educação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (dir), *Les représentations sociales* (pp. 47-78). Paris: Presses Universitaires de France.
- Machado, F. L. (1997). Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, pp. 9-44.
- Machado, F. L. (2003). Imigração e imigrantes em Portugal. Parâmetros de regulação e cenários de exclusão. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp.183-188.
- Matias, A. R. (2004). Da Ucrânia a Portugal: trajectos migratórios e modalidades de inserção no mercado de trabalho. Comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia, 12-15 de Maio 2004. Braga: Universidade do Minho.
- Oliveira, A. L., Faneca, R. M. e Ferreira, T (2007). A minha pátria (não) é a Língua Portuguesa – representações de aprendentes ucranianos, chineses e cabo-verdianos. Comunicação a apresentar no IX Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, La Coruña, 19-21 Setembro 2007.
- Pardal, L., Ferreira, H. e Afonso, E. (2007). Língua Portuguesa e Integração. In M. H. Ançã (coord.), *Aproximações à Língua Portuguesa* (pp. 63-82). Aveiro: CIDTFF/Universidade de Aveiro.
- Pena Pires, R. (2002). Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 39, pp.151-166.
- Pena Pires, R. (2003). *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.
- Pereira Bastos, J. G. e Pereira Bastos, S. (1999). *Portugal multicultural*. Lisboa: Fim de Século.
- Pereira Bastos, J. G. e Pereira Bastos, S. (2002). Imigrantes, minorias étnicas e minorias nacionais em Portugal, hoje: da exclusão social e identitária ao multiculturalismo. In AAVV, *A Imigração em Portugal* (pp. 272-288). Lisboa: SOS Racismo.
- Pliássova, I. V. (2007). As principais dificuldades em Língua Portuguesa – o caso dos aprendentes ucranianos. In M. H. Ançã (coord.), *Aproximações à Língua Portuguesa* (pp.35-45). Aveiro: CIDTFF/Universidade de Aveiro.
- Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. B. (2004). A Imigração em Portugal: e agora?. Comunicação apresentada nas V *Jornadas de História Local*. Fafe (Novembro de 2003 e actualizada em Fevereiro de 2004).
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (www.sef.pt).
- Sousa, L. (2002). Imigrantes de Leste. *Horizontes Sociais*, 2, pp. 109-136.

ANEXO I

Nível de escolaridade dos sujeitos								
Nível de Escolaridade	Nacionalidades						Total	
	Ucraniana		Cabo-verdiana		Chinesa			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ensino Primário	0	0	3	4	0	0	3	1,7
Ensino Básico Incompleto	0	0	5	6,7	0	0	5	2,9
Ensino Básico	0	0	8	10,7	1	4	9	5,1
Ensino Secundário Incompleto	2	2,7	6	8	10	40	18	10,3
Ensino Secundário	26	34,7	5	6,7	1	4	32	18,3
Ensino Superior Incompleto	6	8	41	54,7	0	0	47	26,9
Ensino Superior	39	52	1	1,3	1	4	41	23,4
Ensino Pós-Graduado	2	2,7	0	0	3	12	5	2,9
Ensino Pós-Graduado Incompleto	0	0	5	6,7	9	36	14	8
Não respondeu	0	0	1	1,3	0	0	1	0,6
Total	75	100	75	100	25	100	175	100

86

ANEXO 2

Profissão exercida em Portugal								
Profissão em Portugal	Nacionalidades						Total	
	Ucraniana		Cabo-verdiana		Chinesa			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Liberal/Artística/Técnico	8	10,7	0	0	4	16	12	6,9
Escritório-Empregado	2	2,7	0	0	0	0	2	1,1
Comerciante/Vendedor	2	2,7	1	1,3	2	8	5	2,9
Agricultor/Pescador	5	6,7	0	0	0	0	5	2,9
Transportes/Comunicação	4	5,3	0	0	0	0	4	2,3
Operário	21	28,0	8	10,7	0	0	29	16,6
Serviços/Desportos	18	24,0	8	10,7	0	0	26	14,9
Estudante	5	6,7	46	61,3	19	76	70	40
Doméstica	1	1,3	3	4	0	0	4	2,3
Trabalhador-Estudante	0	0	4	5,3	0	0	4	2,3
Desempregado	8	10,7	0	0	0	0	8	4,6
Não respondeu	1	1,3	5	6,7	0	0	6	3,4
Total	75	100	75	100	25	100	175	100

87